

VIOÊNCIA URBANA, DIREITO À CIDADE E AÇÕES EDUCATIVAS

O Território Educativo das Travessias no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Educação

*URBAN VIOLENCE, RIGHT TO THE CITY
AND EDUCATIONAL ACTIONS*
*The Educational Territory of Travessias in achieving the
Sustainable Education Development Goals*

**Carolina Clasen¹,
Jorge Bassani², Adriana Lima³ e Camila Sawaia⁴**

Resumo

O artigo analisa como, em um contexto de abandono e violência no centro de São Paulo, um coletivo de escolas públicas de educação infantil promovem ações alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Nos bairros República e Consolação, o Território Educativo das Travessias destaca-se ao integrar crianças, educadores, famílias e a comunidade local. Iniciativas como o Cortejo da Virada da Educação demonstram como a cidade pode ser um espaço inclusivo e educativo. A presença das crianças no espaço urbano questiona o direito à cidade, confrontando os dados de segurança pública e explora os desafios em potencial para a educação no ambiente urbano. Fundamentado em autores como Bassani e Careri, o artigo aborda o caminhar e o mapear como prática de resistência. Os registros do Grupo de Estudo de Mapografias Urbanas (GeMAP) evidenciam como essas ações promovem uma educação infantil inclusiva, inovadora e de qualidade em contextos urbanos complexos. Palavras-chave: Centro de São Paulo, mapografias urbanas, território das travessias, Virada da Educação, Agenda 2030.

Abstract

This article analyzes how, in a context of neglect and violence in downtown São Paulo, a group of public early childhood education schools promote actions aligned with the Sustainable Development Goals of the 2030 Agenda. In the República and Consolação neighborhoods, the Travessias Educational Territory stands out for integrating children, educators, families, and the local community. Initiatives such as the Cortejo da Virada da Educação (Education Turnaround Procession) demonstrate how the city can be an inclusive and educational space. The presence of children in urban spaces questions the right to the city, confronts public safety data, and explores potential challenges for education in urban environments. Based on authors such as Bassani and Careri, the article addresses walking and mapping as a practice of resistance. The records of the Grupo de Estudo de Mapografias Urbanas (GeMAP) show how these actions promote inclusive, innovative, and quality early childhood education in complex urban contexts.

1 Mestre em Arquitetura e Urbanismo (2018), Pesquisadora da Universidade de São Paulo, Brasil.

2 Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, Brasil(2005), Docente - RDIDP da Universidade de São Paulo, Brasil.

3 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, Pesquisadora da Universidade de São Paulo, Brasil.

4 Arquiteta e Urbanista; Pedagoga, Pesquisadora da Universidade de São Paulo, Brasil.

Keywords: Downtown São Paulo, Urban mapographies, territory of crossings, Education Turnaround, Agenda 2030.

Introdução

A cidade de São Paulo, marcada por heranças da colonização e do bandeirantismo, reflete contradições históricas e urbanas que moldaram sua estrutura contemporânea, expondo persistentes ruínas e fissuras no tecido urbano. A violência e a violação de direitos, intrínsecas à fundação da cidade, permanecem em seu cotidiano, configurando uma realidade desafiadora. Esse binômio violência–violação é reforçado pela literatura, como no trabalho de Caldeira (2000), que evidencia a segregação e fragmentação dos espaços urbanos em São Paulo. Em *Cidade de Muros*, Caldeira (2000) analisa como o medo do crime e a privatização do espaço público em São Paulo reforçam a fragmentação urbana e simbolizam resistências à ampliação da democracia.

O centro histórico de São Paulo, que se consolidou como referência urbana e econômica no início do século XX, graças à riqueza cafeeira, sofreu transformações significativas ao longo das últimas décadas. Segundo Frúgoli Jr. (2000), a partir da década de 1960, novas centralidades emergiram, enquanto o centro tradicional perdeu prestígio, sendo gradativamente desocupado pela elite e as grandes empresas, passando a ser ocupado por classes populares. Tentativas de revitalização urbana, como a criação de calçadões e restauração de praças, falharam em conter sua degradação. Dados do Monitor da Violência (G1, 2023), do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV - USP) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que analisam dados sobre segurança pública no Brasil, são analisados destacando os locais com maior incidência de crimes. Segundo esses registros, São Paulo alcançou mais de 46 mil ocorrências de roubo e furtos no primeiro semestre de 2023, sendo mais de 1.400 deles na região central⁵. Esse panorama revela um processo de decadência urbana, impulsionado pela desocupação de equipamentos, empresas e moradores, agravado pela violência e abandono.

Para além da violência e degradação, o centro resiste como espaço plural e dinâmico, mantendo sua vitalidade por meio de ações cotidianas e da presença de classes populares que sustentam o comércio local. Apesar do fechamento de comércios tradicionais, como o centenário Café Girondino, iniciativas voltadas para a memória e a cultura local continuam a oferecer possibilidades de reconexão com o território. Entre essas ações, destacam-se as promovidas pelo Território Educativo das Travessias, que busca ressignificar a relação da cidade com crianças na primeira infância, seus responsáveis e a comunidade local.

5 Adendos importantes: Os Relatórios Trimestrais da Secretaria de Segurança Pública estão disponíveis em tempo real < <https://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/dados-trimestrais> >. Para obtenção dos dados utilizados, foram analisados exclusivamente os índices de roubos e furtos em geral, bem como roubos e furtos de automóveis, a fim de realizar uma comparação coerente com o Monitor da Violência do G1 < <http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2023/furtos-e-roubos-de-veiculos-na-grande-sp/> >. É relevante destacar que os índices de violência não apresentaram crescimento contínuo entre 2000 e 2023. Em determinados anos, como 2006 e 2010, houve uma diminuição nos índices, apesar do aumento populacional na capital paulista. Em média, as ocorrências de roubo e furto na capital estavam em torno de 3.500 incidentes por 100 mil habitantes. Outro fator a ser considerado é o crescimento populacional, que, segundo o IBGE, desacelerou, passando de 12 milhões de habitantes em 2010 para 11 milhões atualmente.

Adicionalmente, é essencial observar que o período pandêmico também teve uma influência significativa nos dados, refletindo nas variações dos índices de violência.

Partindo do trabalho de acompanhamento e registro do Grupo de Estudos de Mapografias Urbanas (GeMAP) o presente artigo busca expor as relações entre a cidade e as práticas pedagógicas voltadas para primeira infância de uso e ocupação desses espaços, em colaboração com a transformação dos territórios. As ações das escolas, como potentes centros cívicos, nos auxiliam a refletir sobre o potencial da ocupação do território como espaço constante de aprendizagem e resistência. Caminhar com crianças permite acessar camadas históricas e contemporâneas do espaço urbano, expondo fragilidades e possibilidades de reconfiguração.

Essa abordagem propõe a cidade como espaço de aprendizagem, integração e cidadania, promovendo oportunidades de conhecimento contextualizado, vivencial e diverso, de forma a ampliar a dimensão do que se entende por educação inclusiva e de qualidade. Ela dialoga diretamente com os objetivos da Agenda 2030, em especial o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4: Educação de Qualidade, complementado pelo Currículo da Cidade (2019). Essa relação se estabelece ao reconhecer que a cidade, enquanto território educador, contribui para assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade (meta central do ODS 4) ao transformar espaços urbanos em ambientes de aprendizagem acessíveis e significativos. Alinhada à Agenda 2030, essa abordagem reforça o direito ao aprendizado ao longo da vida, promovendo experiências educacionais que integram diversidade cultural, desenvolvimento sustentável e engajamento comunitário, ampliando as possibilidades de formação integral para todas as crianças, especialmente em contextos urbanos desafiadores. A complexidade do território vigente inserido em uma disputa permanente na financeirização do espaço da cidade de São Paulo, expõe aos estudos urbanos registros fundamentais para atualizar o debate das cidades com as demandas atuais.

Trazemos para exemplificar a reflexão o acompanhamento da ação do Cortejo da Virada da Educação, realizado anualmente pelo Território Educativo das Travessias, que emerge como integração comunitária e prática contra-hegemônica no espaço urbano. Inspirada nas crianças e educadoras, essa iniciativa confronta narrativas de abandono, medo e segregação, destacando o potencial do centro como espaço de desenvolvimento social sustentável. A experiência cotidiana de caminhar pelo centro – marcada por encontros e práticas coletivas – contribui para questionar e reimaginar a cidade.

Em suma, a partir do Território Educativo, buscamos reivindicar os territórios do centro de São Paulo como espaços de educação e transformação. Ao retomar práticas cotidianas como o caminhar, propõe-se reconstruir laços com o território, resgatando o direito à cidade e promovendo uma educação que dialogue com as complexidades e pluralidades da metrópole. Inspirado no coletivo das escolas, o artigo aponta caminhos para uma educação voltada para a dialogicidade freireana, alinhada aos desafios e possibilidades das cidades brasileiras contemporâneas.

O caminhar e a reivindicação do espaço

O exercício de descobrir e se descobrir no espaço, assim como praticar a inserção em estar e acrescentar-se à paisagem por meio do caminhar, podem ser datados antes mesmo das cidades, no momento histórico onde ainda éramos nômades e o caminhar estava atrelado à sobrevivência (Careri, 2017). Mesmo sem a documentação de rastros, havia troca entre o ambiente e seus habitantes. Neste sentido, na relação direta com o território, realiza-se um movimento mútuo: a presença humana em uma dimensão territorial e o território ganha tal denominação a partir das relações de presença que o ativam.

A reflexão sobre a transformação nas diversas dimensões que compõem o espaço construído pode ser datada do século XVII, onde um sujeito pode se relacionar com o urbano de maneira romântica, poética e estética. Nas diversas literaturas da época, começam a surgir registros da cidade, do cotidiano, das mudanças, mesclando em suas narrativas elementos que fogem da cartografia convencional, onde o caminhar era uma arte. Sendo assim, as narrativas contribuem para uma abordagem de cidade que olha pela perspectiva de um paradigma que não mais reduz a experimentação artística em categorias políticas, mas permite que a política - aquilo que é público, exercício de governar, relações de regularidade - seja recomposta por meio da produção estética (Guattari, 1995). Isto quer dizer que, ao forjar novos modos de relação com a *pólis*, exercitamos novas relações de poder e, portanto, novas relações territoriais.

Diante disso, chegamos a psicogeografia que, de acordo com Debord (1955), buscava entender os efeitos do ambiente geográfico sobre as emoções e comportamentos, superando sua organização física. Esse aprofundamento propunha a crítica à alienação da vida cotidiana, na promoção de um protagonismo individual e prazer próprio, em oposição ao autoritarismo estatal e ao capitalismo. O conceito de deriva, introduzido pela Internacional Situacionista (1958), destaca o ato de caminhar como técnica investigativa e ferramenta de resistência, revelando a sensibilidade e vida urbana. O corpo e o caminhar ganham importância como ferramentas, pois representam a resistência, sentido para a produção de material e com isso revolucionam ao revelar a vida.

As discussões sobre cidades também ganharam nova perspectiva focada no ser e na sua capacidade de se relacionar com o meio a partir da revisão crítica dos conceitos de cidade funcional. Podemos apontar um começo do reconhecimento do equívoco do racionalismo pelo próprio CIAM X de 1956, conforme passagem:

O homem pode identificar-se de imediato com o seu próprio lar, mas não se identifica facilmente com a cidade em que está situado. “Pertencer” é uma necessidade emocional básica – suas associações são da ordem mais simples. Do “pertencer” – identidade – provém o sentido enriquecedor da urbanidade. A ruazinha estreita da favela funciona muito bem exatamente onde fracassa com frequência o redesenvolvimento espaçoso (Frampton, 2008, p. 330).

As décadas seguintes de 1960 e 1970, segundo Gehl e Svarre (2018), apresentam um contexto social de revolução por parte de uma população jovem e ativa politicamente. Para além da identificação e admissão da vida urbana de forma conceitual, o relato das relações sociais presentes nas cidades ganhou maiores colaboradores. As críticas presentes nos trabalhos de Kevin Lynch, Jane Jacobs, Gordon Cullen, Edward T. Hall, William H. Whyte, Donald Appleyard, o próprio Jan Gehl e tantos outros, contribuem como inspiração para a reflexão sobre o planejamento urbano. Um caráter específico dessas obras reside nas observações do espaço ou mesmo no aprendizado conquistado pela interdisciplinaridade acadêmica da arquitetura, jornalismo, antropologia, sociologia e psicologia ambiental, que trouxeram o protagonismo às pessoas.

As ruas se tornaram ambientes perigosos, inabitáveis, mas a maior parte das pessoas vive nelas. As ruas precisam ser redefinidas como santuários, como espaços habitáveis, como comunidades; como território para se morar; como locais para brincar, áreas verdes e de história local. Os bairros devem ser protegidos, mas não a ponto de serem excludentes (Appleyard, *apud*. Gehl e Svarre, 2018, p. 55).

Revisar a relação entre o corpo e o espaço, bem como os obstáculos gerados pela histórica produção das cidades em nome da modernização – evidentes especialmente na região central em discussão – direciona nossa reflexão para os impactos concretos no cotidiano. Esses impactos se tornam visíveis quando analisamos as práticas “caminhantes” organizadas por grupos, coletivos, artistas e teóricos. Tomar posse e viver a cidade no momento presente, por meio do ato de caminhar como processo e protesto, revela não apenas a existência, mas também o processo de tomada de consciência e a constituição de desejos diversos e heterogêneos que se manifestam no centro urbano.

Mapas coletivos e as colaborações a partir do sul global

No exercício de praticar a cidade, debatê-la e realizá-la coletivamente, percebemos que a produção mapográfica também corrobora a Agenda 2030 por meio de seus procedimentos. Quando retornamos do território, ou mesmo imersos neles, percebemos as pregnâncias consolidadas na experiência comum e por meio da grafia coletiva documentamos essa comunidade. Para além da habilidade de representar as territorialidades que serviram como verdadeiras plataformas das experiências, o mapa torna palpável o campo de possibilidades que as relações no espaço urbano no centro de São Paulo podem oferecer. De certa forma, acreditamos que essa dimensão cartográfica confronta as noções assentadas de um território violento e abandonado, não como uma paisagem ideal, mas como uma camada de possibilidades que podem ser exploradas a partir da infância em direção a um território comum recriado.

A cartografia se estabelece como ciência, resultado de um processo da execução da reconstrução gráfica do espaço construído, por meio de técnicas visuais, projeções, distorções e cálculos matemáticos. Tem-se como finalidade a apresentação temática, de maneira ordenada e padronizada, enfatizando o item a ser analisado, dentro de um recorte político-administrativo globalizado. Sendo assim, a visão do território que é apresentada ao público, ou mesmo tratada nas grades de ensino, é a escolha de um recorte e sobre o que é importante identificar e reconhecer dentro dele. Em resumo, a cartografia se limitaria a aptidão metodológica de representar um ambiente neutro, limitado, de interesse político e distante da realidade (Fonseca, 2014).

A cartografia, há séculos, tem sido essencial para a representação e delimitação de territórios, servindo como documento de informação e registro de posse. No entanto, antes das projeções cartográficas formais, como as de Gerard Mercator, as comunidades já utilizavam mapas para registrar suas relações com o território.

Dentre os exemplos mais antigos, temos o Mapa de Bedolina, na Itália, datado de 1.500 a.C., que representa as conexões físicas e culturais de uma comunidade agrícola por meio de gravuras em pedras (Careri, 2013). Durante a Idade Média, a produção de mapas por monges, como o Mapa de Beatus Liébana (séc. VIII), refletia uma visão do mundo centrada na religião, utilizando alegorias para indicar o divino, o maravilhoso e o perigoso (Noronha, 2006). Em um salto histórico das grandes navegações, revoluções e evolução tecnológica da cartografia, no século XX, os situacionistas criaram mapas como “The Naked City”, que desconstrói a cartografia tradicional para mostrar as relações e desejos das pessoas em Paris, fugindo da morfologia e topografia convencionais. Na América Latina, os Iconoclastas, um coletivo argentino, produzem uma cartografia crítica que busca a apropriação do mapa pelas comunidades. Eles enxergam o mapa não só como um instrumento de dominação, mas também de resistência, destacando elementos que são normalmente ignorados pelas cartografias tradicionais.

Enquanto por séculos a evolução da cartografia se concentrava na melhor e mais fiel representação da geografia física do local, os mapas concentravam informações de menor escala sobre a existência no território. Diante desse panorama, a todo momento as palavras “cartografia” e “mapa” foram cuidadosa e intencionalmente aplicadas para situações diferentes no presente texto. Enquanto a palavra cartografia se ateu aos processos e situações de representações do espaço físico existente, a palavra mapa foi relacionada às práticas de amostragem do território e as visões culturais sobre ele.

Essa distância de potencial da produção cartográfica frente aos mapas populares já era apresentada por Lévy, Poncet e Tricoire (2004). Enquanto a cartografia concentrava esforços da fidelidade de representação física, negligenciava o enfrentamento e a expressão de novas dinâmicas espaciais, perdendo-se também o processo de reflexão crítica a fomentar pautas de direcionamento do planejamento. Em paralelo, Harley (2005), entendia que nos mapas poderiam ser constituídas inúmeras expressões gráficas ao apresentar um espaço. A ampliação do leque de representação compreendia o contexto cultural, histórico e político, onde as informações e métodos estavam intrinsecamente ligados aos textos e signos utilizados. Dessa maneira, era necessário reconhecer o espaço como processo de construção social, no qual os territórios partem do resultado de interações sociais e dinâmicas urbanas. Sendo assim, segundo Oliva (2018), a evolução da cartografia estaria em se propor como ferramenta de compreensão da dimensão social.

Isso, em parte, se assemelha à visão de Bassani (2019), que acredita no conceito de mapografias. Por meio dos trabalhos de extensão universitária, com o Grupo de Estudo de Mapografias Urbanas (GeMAP), em escolas públicas de São Paulo, vem defendendo que o mapa é o elemento de posicionamento do tempo e espaço frente aos conflitos. Por meio da produção colaborativa, coloca o cidadão em papel politizado sobre a origem e destino do seu território.

[...] este destaque é dirigido à dimensão política que ação cultural confere à construção coletiva de mapas. Ela se apresenta em diversas camadas e em diferentes processos produzindo subjetividades. Se apresenta antes de qualquer outra, no compartilhar sensibilidades, narrativas e expressões, coloca o indivíduo frente ao seu grupo, comunidade, visibiliza o comum. Em outras palavras, extrai o indivíduo da reação automática, da passividade de vítima dos enunciados externos a ele e seu lugar na cidade, e o conduz a de sujeito que constrói seu território. Também se apresenta, e de forma mais aguda, no desafio que é colocado, mapear o território, representá-lo e, mais, torná-lo sensível com recursos, códigos e linguagens próprios do território, e dele sujeito, coloca a necessidade de distinção. Isto impõem posicionamento e senso crítico, logo, político (Bassani, 2019, p. 09).

O mapa, diferente da cartografia atual, ao ser construído de maneira coletiva, tem o potencial de trazer à luz os sentimentos presentes no tempo e espaço. A construção de um mapa abre a oportunidade para o processo de identificação e desconstrução do comum; passa a ser também objeto de reconhecimento e reflexão das dinâmicas do meio; desperta o infinito do imaginário e da proposição de criação.

Território das Travessias e o cortejo da Virada da Educação

O mote deste percurso reflexivo está na sua aproximação com o Território Educativo das Travessias. O Território Educativo das Travessias é um projeto político pedagógico

integrado, que existe há uma década, relacionando as Escolas Municipais de Ensino Infantil da Patrícia Galvão, Gabriel Prestes, Monteiro Lobato e Armando de Arruda Pereira, todas localizadas no centro de São Paulo. A proposta consiste em fortalecer o vínculo entre as escolas, parceiros e famílias, enfatizando o pertencimento ao território por meio da escuta e da programação de atividades internas e coletivas relacionadas à gestão e às crianças.

Há um enfoque na promoção de experiências fora da sala de aula, permitindo que os alunos explorem o espaço e aprendam por meio do contato com o mundo real. Os educadores reconhecem a importância de aprender dentro da cidade, com a cidade e sobre a cidade, pois cada passo dado por uma criança altera a dinâmica temporal do ambiente urbano. Dentro dessas iniciativas colaborativas, destaca-se a Virada da Educação, um evento do calendário unificado das escolas, que reúne atividades conjuntas, como visitas e celebrações, culminado em um cortejo simbólico no território. (Educação e Território, s.d.)

Diante disso, o Grupo de Estudos Mapografias Urbanas (GeMAP), vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, retoma o vínculo com o território em 2022, a fim de acompanhar as escolas, suas ações territoriais e as discussões entre o corpo docente decorrentes delas. Desde então, o vínculo vem se estabelecendo com colaborações, proposições e criações conjuntas que, ainda em processo, vem promovendo reflexões substanciais no campo disciplinar do urbanismo. Nos últimos dois anos, no evento de fechamento da Virada da Educação com as escolas, na reunião de um cortejo pelo centro com os alunos, educadores e famílias, foram propostos mapas para interação das crianças. Em 2022, foi proposto o Mapa do Cortejo, como uma foto aérea do caminho percorrido; em 2023 foram propostos os Banner de Fragmentos, onde cada escola levava um *standard* com o entorno da sua escola, depois eram sobrepostos para formar um mapa maior e simbolizar a união do território das escolas presentes.

Quando da elaboração do mapa do cortejo no ano de 2022, compreendemos que o caráter ilustrativo do mapa deveria ser enfatizado, em detrimento da sua escala territorial e fidelidade com o trajeto. Foi utilizada a estratégia de pensar em uma visualidade com colagem, buscando ícones de expressões do território que abrangessem os diferentes grupos sociais ativados no cortejo – crianças, comunidade escolar, skatistas, artistas, etc. Ao qualificar a *collage* como um processo poético de representação, Fernando Fuão (2011) afirma ser esse também um gesto acerca de um cenário hostil (Fuão, 2011). Segundo o autor, recolar é construir um mundo novo. E neste sentido, colaboramos com o Mapa distribuído no cortejo, mas também como possibilidade de documentação do ato territorial em que a caminhada trouxe para o primeiro plano a diversidade de ações que constituem o cotidiano dos lugares apresentados. Apresentado junto ao conjunto de fotos a seguir, utilizado pelas crianças e comunidade, acompanhando seu cortejo:



Figuras 1 e 2 – Fotos do Cortejo da Virada da Educação 2022. Tema do ano: Quilombo Saracura - Nosso Chão, Nossa História. Fonte: Acervo da Escola Municipal de Educação Infantil Gabriel Prestes, 2022.

Figuras 3 e 4 - Fotos do Cortejo da Virada da Educação 2023. Tema do ano: Ampliação de Olhares: da existência e resistência. Autor: Jorge Bassani, 2023. Fonte: Acervo do Grupo de Estudo de Mapografias Urbanas, 2023

Figuras 5 e 6 - Fotos do Cortejo da Virada da Educação 2024. Tema do ano: Direito das crianças à cidade – Ocupações e Desocupações dos espaços culturais. Fonte: Acervo da Escola Municipal de Educação Infantil Gabriel Prestes, 2024.

Com temas variados, os cortejos entoam eixos temáticos que estão sendo debatidos no território. A Virada da Educação de 2022 reivindicava a discussão na sua dimensão comunitária sobre a obra da Linha 6 - Laranja do Metrô de São Paulo. As crianças, carregando a faixa "Tão perto, tão longe", caminharam em cortejo da escola até o território em questão. Na chegada, debruçadas sobre o mapa, reconheceram o trajeto feito e sua história. No ano de 2023, a temática da Virada permeou a retomada da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) como espaço coletivo e de experiência fundamentalmente comunitária, carregando novamente faixas, estandartes e cartazes; o cortejo atravessou o território talvez mais conflituoso da atualidade e que repetidas vezes ilustra a violência do centro de São Paulo: o Fluxo, também conhecido como Cracolândia. Na última edição, em setembro de 2024, as escolas discutiam o direito das crianças à cidade, reivindicando as condições dos espaços de cultura, também parceiros das escolas no território (caso da Biblioteca Monteiro Lobato e a ocupação da Casa Amarela). Novamente em festa, ocuparam as ruas do bairro de Higienópolis, em movimento de legitimação do espaço público coletivo.

O que nos interessa trazer a partir destas experiências junto às edições da Virada da Educação é a capacidade que o ato de caminhar com as crianças propiciou para a discussão sobre a produção de mapas, a tomada do território, o debate sobre as urgências do espaço público e a diversidade de usos do centro de São Paulo. Além disso, cabe ressaltar o quanto a atuação pautada pelo ato de caminhar - no coletivo *Fluxus*, no Fluxo ou pelas crianças - abrange uma percepção do território balizada pelo cotidiano. Percebemos o quanto o cortejo com mais de trezentas pessoas incide politicamente na cidade, altera seu ordenamento e inaugura um cuidado coletivo. Incluir no debate da violação de direitos maior ênfase às práticas estéticas que historicamente vem colaborando para uma outra vida urbana, é assentar o debate na descontinuidade.

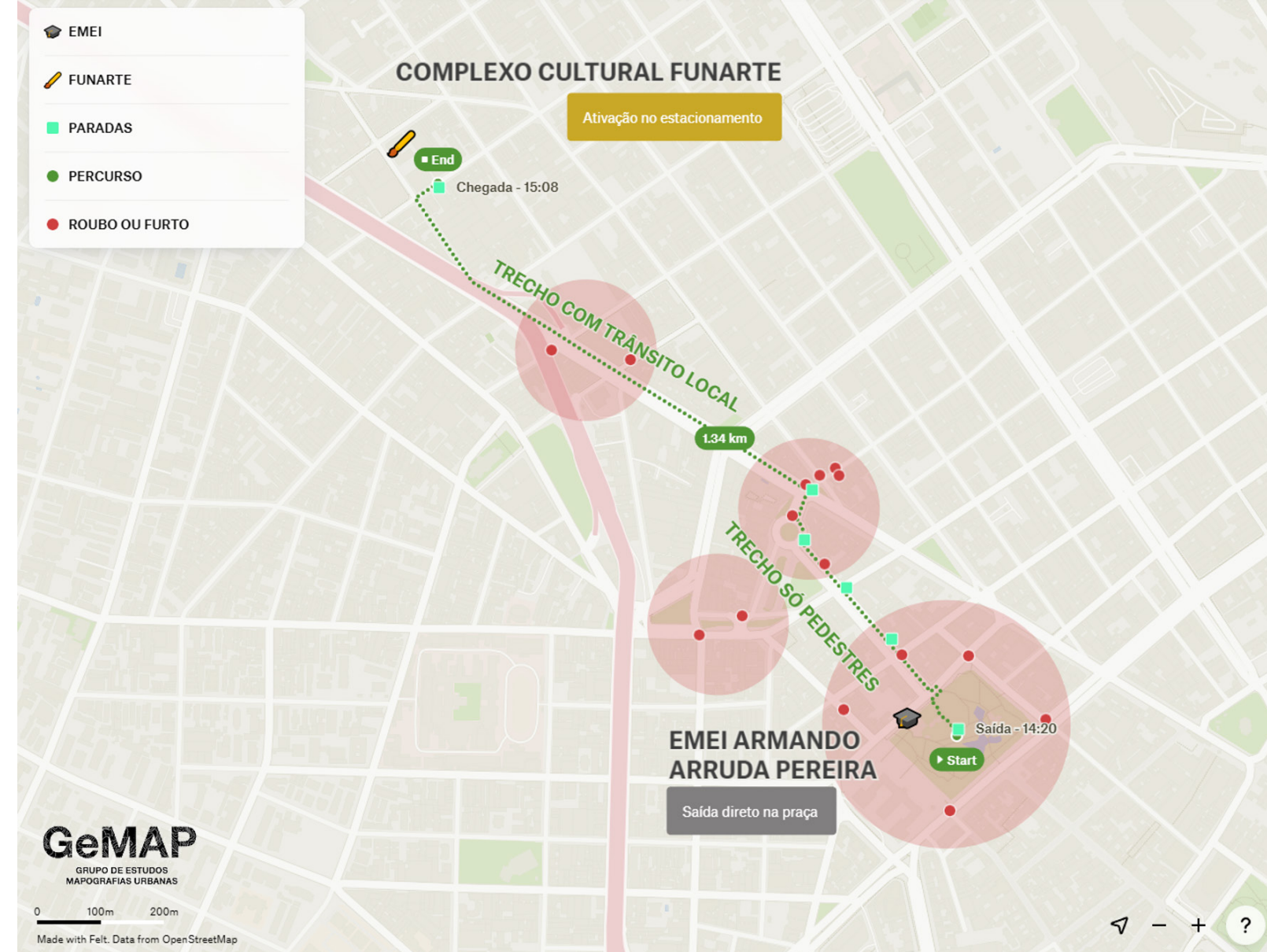
Os conceitos e parâmetros atuais transformam a abordagem, antes centrada no espaço construído e nas suposições de melhorias físicas, para um olhar mais atento à psicologia ambiental, abrindo caminho para possibilidades de planejamento voltadas à escala humana. Essa mudança ressignifica a espontaneidade das crianças ao correrem livremente pelas ruas, ignorando as limitações impostas pela sinalização de trânsito, ao mesmo tempo que expõe os condicionamentos sociais que nos fazem evitar determinados bairros da cidade, influenciados por horários, questões estéticas, de gênero ou narrativas midiáticas.

A relevância do material coletado vai além da simples descrição ou da cartografia quantitativa. A partir dele, os dados são transformados em ferramentas para compreender o território, seus usuários e suas estruturas, respaldando e antecedendo intervenções de cunho urbanístico.

Nesse espaço do encontro, o caminhar revela-se útil a arquitetura, como instrumento cognitivo e projetual, como meio para se reconhecer dentro do caos das periferias uma geografia e como o meio através do qual inventar novas modalidades de intervenção nos espaços públicos metropolitanos, para pesquisa-los, para torna-los visíveis.

Careri, 2013, pág. 32

A evolução das discussões teóricas sobre o caminhar ganha outro patamar de interesse e exploração do assunto por parte do poder público. Seja indiretamente, na solução de problemas de fluxo urbano, ou numa intenção macro de tornar a metrópole mais atrativa e competitiva em escala mundial; os interesses de se colocar os modais ativos como foco das ações e modificações dos espaços urbanos deixa de ser apenas assunto de gabinetes e obras, alcançando uma linguagem prática para a sociedade.



Acreditamos que a experiência com as escolas é disparadora dessa reflexão justamente por promover uma relação da infância com o espaço urbano que está implicada na constituição cidadã, na produção do espaço e na disputa pelos territórios do centro da cidade a partir de sua condição heterogênea. A experiência da vida pública passa a ser conteúdo que colabora com o desenvolvimento das crianças - seja em sua capacidade de elaboração do e com o mundo que os cerca, seja por sua presença que proporciona ao entorno imediato um exercício estético dessa outra relação possível com o urbano.

Sendo assim, o Território Educativo das Travessias, em especial a atividade anual do Cortejo da Virada da Educação – que culmina não apenas no atravessamento, mas em diversos registros – transcende as barreiras da sala de aula, fortalece vínculos comunitários e valoriza a diversidade cultural do território. Ao estimular o protagonismo infantil e uma visão crítica sobre o espaço urbano, o projeto não só contribui para o desenvolvimento pleno das crianças, mas também promove um senso de cidadania ativa, essencial para alcançar o ODS 4 e para a construção de cidades mais justas e sustentáveis. Dessa forma, iniciativas como essa reafirmam a educação como ferramenta transformadora, capaz de repensar as dinâmicas urbanas e de fortalecer a relação entre as gerações futuras e o espaço coletivo.

Figuras 7 – Mapa do Percurso do Cortejo da Virada da Educação 2023. Autor: Adriana Lima, 2023. Fonte: Elaborado na plataforma Felt.com, 2023.

Considerações Finais

Ao acompanharmos o breve recorte do trabalho dos coletivos aqui selecionados na amostragem, podemos ter dimensão de como ações conjuntas com a comunidade e contextualizadas no território têm a capacidade de complementar e qualificar as atividades escolares, expandindo o campo de aprendizagem e a própria educação para além dos muros das casas e escolas. A abordagem proposta, a partir das suas atividades, também amplia o oferecimento de conteúdo, ferramentas e práticas estipulados por programas educacionais básicos. Instaura-se o desenvolvimento de um processo de conhecimento coletivo e participativo, em contraponto à educação bancária (FREIRE, 2005). Isto porque o comprometimento com o desenvolvimento sustentável exige uma atitude sensível com relação ao território pelos diversos atores sociais.

Nesse contexto, quando as crianças em cortejo são alinhadas às práticas coletivas urbanas – com sua expressão diversa e a criação coletiva como mote do encontro, apresentando o território à sua comunidade – emerge a ideia de que essas “andarilhas”, cujos direitos foram violados e que são marcadas pela violência urbana, mas invisibilizadas pelo Estado, caminham portando um projeto de cidade. Esse projeto dialoga tanto com as práticas psicogeográficas quanto com a proposta artística do coletivo alemão Fluxus, ao desafiar a perpetuação de códigos colonialistas e propor novos usos do espaço urbano, impulsionando concepções e cotidianos transformadores.

Os exercícios propostos com as crianças, seja em ambientes digitais ou em experiências no espaço construído, desenvolvem habilidades físicas, motoras e criativas, partindo de uma percepção individual que é compartilhada coletivamente. Além disso, estimulam o senso crítico, a orientação prática no espaço, o reconhecimento do mundo e seus códigos, a educação para o trânsito, a cidadania e o comportamento social (Lévy, Poncet e Tricoire, 2004). Nesse contexto, os trabalhos coletivos sobre mapas assumem o papel de ferramentas analíticas ao atravessar as complexidades do território, decifrando signos e códigos e materializando as relações por meio das linguagens. Diferentemente da cartografia tradicional, frequentemente utilizada como referência para políticas públicas, a construção de mapas por meio de processos mapográficos abre espaço para a subjetividade, o desejo e a construção coletiva, ressignificando o território educativo.

Para além da comunidade escolar, a sociedade como um todo se beneficia das ativações promovidas pelos coletivos, que fortalecem o senso de comunidade e a coletividade. Essas iniciativas expõem novas relações territoriais, destacam suas particularidades e ressignificam singularidades, ampliando as práticas dos territórios educativos e reconstruindo o espaço urbano de forma inclusiva, em diálogo com o conceito dos “olhos da rua” de Jane Jacobs (2011). O caminhar, enquanto ação coletiva, só alcança um aporte crítico quando promove consciência, observação e questionamento sobre o espaço vivido. Caso contrário, seríamos apenas transeuntes, presos à alienação do cotidiano urbano. Como defendia Debord (1958), o caminhar precisa ser um ato de atenção plena, permitindo-nos sentir o território com todos os sentidos. Para além do que é visivelmente belo, como argumenta Pallasmaa (2011), é essencial compreender as sensações e emoções que os ambientes nos provocam. A caminhada, composta por camadas de experiência, constrói nossa relação de prazer ou rejeição ao espaço, como destacado por Tuan (2012), dando forma à maneira como habitamos e vivenciamos o território.

Ao propormos a integração entre gestão do território e práticas pedagógicas, o espaço público emerge como sala de aula, lugar de troca, aprendizagem e convivência coletiva. Desta maneira, os documentos que dialogam com os conteúdos do Currículo da Cidade

encontram eco em compromissos globais que valorizam o pertencimento ao território no cotidiano. Dessa forma, São Paulo pode se tornar referência na construção de políticas públicas que conciliem desenvolvimento urbano, justiça social e sustentabilidade, reafirmando seu papel como laboratório de soluções para os desafios das cidades contemporâneas. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, especialmente em seu tópico 4.7, propõe uma educação que valorize e promova os direitos humanos, a cidadania global e a diversidade cultural, elementos fundamentais para reimaginar a cidade como um território educativo. Além disso, o compromisso com a criação de espaços seguros e inclusivos para a aprendizagem, conforme preconizado no tópico 4.a, é indispensável para garantir o direito à educação em centros urbanos complexos como São Paulo. Por fim, a ênfase no fortalecimento do contingente de professores qualificados (tópico 4.c) reflete o compromisso de formar educadores preparados para enfrentar os desafios das cidades brasileiras contemporâneas, promovendo práticas pedagógicas transformadoras que assegurem uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos.

O mapa, diferente da cartografia atual, ao ser construído de maneira coletiva, tem o potencial de tornar aparente as expressões que compõem o centro da cidade. A sua construção abre oportunidades para o processo de identificação e desconstrução do comum; passa a ser também objeto de reconhecimento e reflexão das dinâmicas do meio; desperta o infinito do imaginário e da proposição de criação.

Sendo assim, admitindo as experiências sociais dos coletivos, o ato de caminhar e a produção de mapas podem prosperar e se complementar como processos de desmistificação do espaço, apresentando as suas camadas e particularidades, alternando entre ação direta no território e conscientização, ocasionando a memória e motivando a imaginação.

Todas as teorias, conceitos, ações e projetos citados constroem um panorama, que enfatiza não apenas o desejo de ocupar e ser ouvido, mas a necessidade de cuidado a um personagem primordial do funcionamento das cidades: o pedestre. Enquanto as cidades olharem suas populações apenas como dados quantitativos ou fluxos de origem e destino, nenhum desenho urbano terá sucesso em abarcar as necessidades das pluralidades e das dinâmicas urbanas. O contato com experiências analisadas na chave da infância, possibilitam a formulação de novos paradigmas para o planejamento e gestão das cidades que corroboram a emergência dos objetivos para o desenvolvimento sustentável voltados para as temáticas da educação

A análise das práticas dos coletivos e das abordagens educacionais expostas neste artigo reforça a importância de se repensar a educação e o espaço urbano como partes de um todo interconectado. Ao ampliar as possibilidades de aprendizagem por meio de ações coletivas, que buscam dar visibilidade aos aspectos subjetivos, culturais e sociais dos territórios, as iniciativas descritas alinham-se diretamente aos princípios da Agenda 2030 e ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, da Educação. Experimentos na área pedagógica e com potencial para o campo disciplinar urbano, como o relato aqui em questão, subsidia políticas públicas capazes de integrar pluralidades culturais, econômicas e sociais.

Ao integrar a educação com a vivência urbana, a construção coletiva de mapas e o exercício do caminhar, essas práticas não apenas enriquecem o processo educativo, mas também promovem uma cidadania ativa, onde o sujeito é reconhecido em sua totalidade, contribuindo para o fortalecimento de comunidades mais participativas e conscientes. O espaço educativo vai além dos limites escolares, gerando transformações no entendimento do território e na construção de cidades mais inclusivas e humanas.

Referências

BASSANI, Jorge. Mapas para quê? GeMAP - Grupo de Estudos Mapografias Urbanas. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://gemapfau.wixsite.com/mapografias>>. Acessado em: 20.01.2024.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. 2000. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp. 399 pp.

CARERI, Francesco. Walkscapes: o caminhar como prática estética. São Paulo. 1o edição. Editora Gustavo Gili, 2013.

DEBORD, Guy. Teoria da Deriva. Revista 2 Internacional Situacionista. 1958.
FONSECA, Fernanda Padovani. A cartografia no ensino. Os desafios do mapa da globalização. Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume especial – Catógeo, pág. 141-154, 2014

FRAMPTON, Kenneth. História crítica da arquitetura moderna. São Paulo. Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRÚGOLI JR, Heitor. Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. EDUSP, 2º edição, São Paulo, 2000.

G1. Globo.com. Monitor da Violência – Mapa exclusivo: 7 a cada 10 roubos e furtos de veículos no estado de São Paulo estão na região metropolitana; pesquise sua rua. Matéria escrita por Clara Velasco, Mariana Pinhori e Victor Farias para o G1, em 13.08.2023. Disponível em: < <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/08/13/mapa-exclusivo-7-a-cada-10-roubos-e-furtos-de-veiculos-no-estado-de-sp-estao-na-regiao-metropolitana-pesquise-sua-rua.ghtml> >. Acessado em: 20.01.2024.

GEHL, Jan & SVARRE Birgitte. A vida na cidade: como estudar. São Paulo. Perspectiva, 2018.

HARLEY, Brian. Textos y contextos em la interpretacion de los primeiros mapas. *In*: La Nueva Natureza de los Mapas: Ensayos sobre la história de la cartografia. México: Fondo de Cultura Económica, 2005. Pág. 59-78.

LÉVY, Jacques. La cartographie, enjeu contemporain. *In*: Jacques Levy, Patrick Poncet et Emmanuelle Tricoire (org). La carte, enjeu contemporain. La Documentation Photographique, 2004, p. 1-16. Tradução de Eliane Kuvásney.

METRÓPOLES. Além do Girondino: 35% do comércio do centro velho de São Paulo está fechado. Matéria escrita por Bruno Ribeiro em 11.06.2024. Disponível em: < <https://www.metropoles.com/sao-paulo/girondino-comercio-centro-fechado> >. Acessado em: 01.09.2024.

NORONHA, Isabel. A corografia medieval e a cartografia renascentista: testemunhos iconográficos de duas visões de mundo. Manguinhos – História, Ciência e Saúde. Sielo Brasil, 2006. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/hcs/m/a/LxJMWHVWzSznq9ZVXDG67WK/> >. Acessado em 20.01.2024.

OLIVA, Jaime. Conversações com a cartografia escolar: pra quem e pra que. *In*: Desnaturalizar o espaço e a natureza: caminho para alternativas cartográficas. São João DelRei: UFSJ, 2018, pág. 17-40.

PALLASMAA, Juhani. Os olhos da pele – A arquitetura e os sentidos. Porto Alegre, Bookman, 2011. SPECK, Jeff. Cidade Caminhável. São Paulo. 1º edição. Perspectiva, 2016.